

Do rosto do menor à face da salvação: a luta por direitos humanos e a partilha do sensível na Campanha da Fraternidade (Brasil, 1975-1987)

From the face of the smallest to the face of salvation: the fight for human rights and the sharing of the sensitive in the Fraternity Campaign (Brazil, 1975-1987)

José dos Santos COSTA JÚNIOR¹

Resumo

Em 2024 a Campanha da Fraternidade (CF) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) comemora 60 anos de existência e resistência na esfera pública contemporânea, discutindo os problemas do Brasil a partir do Evangelho e produzindo estratégias de mobilização política. Este artigo analisa as condições de emergência histórica da Campanha da Fraternidade, descrevendo as estratégias comunicativas para discutir a “Questão do Menor” na CF-1987. Naquela edição o tema era “Fraternidade e Menor” e o lema dizia “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”. Assim, por meio do conceito “partilha do sensível”, formulado pelo filósofo francês Jacques Rancière, infere-se sobre a presença da CF-1987 na configuração do debate público – mediado em termos éticos e estéticos por certas figuras e sonoridades acerca da infância – sobre o reconhecimento da singularidade dos direitos humanos de crianças e jovens e o combate às violências no Brasil durante a redemocratização.

Palavras-chave: Campanha da Fraternidade. Partilha do sensível. Fraternidade e Menor.

Abstract

In 2024, the Fraternity Campaign (CF) of the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB) celebrates 60 years of existence and resistance in the contemporary public sphere, discussing Brazil's problems based on the Gospel and producing political mobilization strategies. This article analyzes the historical emergency conditions of the Fraternity Campaign, describing the communicative strategies to discuss the “Minor Question” in CF-1987. In that edition the theme was “Fraternity and Minority” and the motto said “Whoever welcomes the minor, welcomes me”. Thus, through the concept “sharing of the sensitive”, formulated by the French philosopher Jacques Rancière, it is inferred about the presence of CF-1987 in the configuration of public debate – mediated in ethical and aesthetic terms by certain figures and sounds about childhood – on the recognition of the uniqueness of the human rights of children and young people and the fight against violence in Brazil during redemocratization.

Keywords: Fraternity Campaign. Sharing the sensitive. Fraternity and Minor.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor substituto do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pesquisador do Núcleo de História e Linguagens Contemporâneas (NUHLC-UEPB/CNPq). E-mail: josedossantoscstajr@gmail.com

Introdução

Um rápido olhar para o contemporâneo com a sua profusão de imagens e sonoridades que apresentam traços, trajetos e aspectos das experiências infanto-juvenis no tempo presente nos faz ver as múltiplas práticas de violência que sobre elas se abatem, mas também indiciam sobre as variadas formas de resistência que tanto as próprias crianças e jovens – com seus jeitos, recursos e meios próprios – como também organizações da sociedade civil constroem para combater, reduzir e transformar esse estado de coisas (Costa Júnior & Barrero Júnior, 2018).

É urgente a tarefa de nos tornarmos contemporâneos no sentido como comenta o filósofo italiano Giorgio Agamben (2009), isto é, assumindo uma atitude de não convergência com o presente, mas cultivando certa inatualidade, perscrutando sobre como este tempo se constitui, a partir de que heranças, práticas e continuidades ou impermanências em relação ao passado. Somente cultivando uma atitude de distanciamento ético e crítico em relação à nossa atualidade, não nos subsumindo no que ela nos apresenta em termos de consumo e ideologia, é que se torna possível ser contemporâneo. Ser contemporâneo, portanto, é efeito de um trabalho que tem no reconhecimento e entendimento da multiplicidade temporal um ponto de partida crucial (Agamben, 2009).

O que este artigo quer fazer é estranhar a nossa atualidade a partir de uma mirada crítica sobre uma experiência recente de construção de sentidos e sensibilidades para o rosto e o corpo da criança marginalizada e nem sempre reconhecida como sujeito de direitos específicos. Recuando ao início da redemocratização brasileira após a ditadura militar (1964-1985), analisa-se como a Campanha da Fraternidade (CF), coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), protagonizou um debate na esfera pública contemporânea sobre os direitos de crianças e jovens a partir da denúncia das práticas de violência cometidas pelo Estado e a sociedade brasileira contra tal segmento geracional.

Neste sentido, este texto se insere no campo de pesquisa sobre História da Infância e Juventude, cuja particularidade acadêmica é a sua marca interdisciplinar desde suas origens até o presente (Faria & Finco, 2011; Groppo, 2017) – partindo ainda de uma pesquisa mais ampla sobre o dispositivo da minoridade (Costa Júnior, 2021) –, mobilizando algumas imagens da CF-1987 para fazer pensar: como essa experiência de

participação política na esfera pública pode ser lida como um gesto de partilha do sensível, isto é, de configuração de um rosto, um corpo e uma demanda social específica em relação à qual as diferentes instituições estatais ou não deveriam envidar esforços no sentido de promoção da cidadania e de direitos singulares?

Falar em partilha do sensível significa, por meio deste conceito proposto por Jacques Rancière, dizer que nossa relação com a realidade não é nem de espelhamento nem de apreensão de totalidade.

Partilha do sensível significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas (Rancière, 2009, p. 07, grifo no original).

Assim, partilha do sensível tem a ver com a constituição de um sentido de comunidade, isto é, de *espaço comum*, compartilhado. Mas tal configuração somente se constitui na implicação entre estética e política, indissociavelmente. Nossa relação com o mundo se dá a partir da socialização com diferentes espaços, pessoas, instituições e com base no reconhecimento dos diversos problemas que constituem essa relação coletiva. Contudo, tal apreensão se dá no aprendizado de reconhecer o outro, a voz do outro e a sua existência singular. Deste modo, vale perguntar: foi sempre que houve a preocupação com a “questão do menor”, isto é, o problema da infância marginalizada e em vias de ingressar no circuito da criminalidade e delinquência?

Ora, se o clássico francês de Ariès (2006) nos mostrou como o “sentimento de infância”, isto é, a percepção sobre a singularidade do sujeito infantil só foi possível em razão de uma mutação na sensibilidade social no século XVIII na Europa, assim como outros autores recuaram para mostrar como no medievo e em outras temporalidades foram racionalidades distintas que produziram a singularidade da criança (Costa Júnior, 2023), então vale a pena pensar como o reconhecimento desses sujeitos e mesmo de certos problemas sociais só se torna viável na medida em que uma parte da sociedade investe para tornar visível e dizível tal demanda. A partilha do sensível tem a ver, portanto, com a interação bélica entre linguagem e realidade, pois são disputados sentidos para o real e grupos distintos se confrontam sobre o que compreendem como prioridade, como problemas e como soluções sobre determinadas necessidades de uma sociedade. Assim, neste texto visa-se analisar as condições de emergência histórica da Campanha da

Fraternidade, descrevendo as estratégias comunicativas para discutir a “Questão do Menor” na CF-1987. Como esta campanha contribuiu para a disputa entre prioridades políticas e sensibilidades públicas sobre o drama social do menor marginalizado?

Crítica da atualidade em chave libertária

A CF-1987 foi organizada e financiada pela CNBB para ocorrer durante a Quaresma no período de 4 de março a 19 de abril. O tema para a campanha foi proposto na 23ª Assembleia da CNBB realizada de 10 a 19 de abril de 1985 em Itaici, em São Paulo. Este tema vinha sendo objeto de estudos na entidade desde 1975 quando a Pastoral do Menor foi criada (Azzi, 1992).

Figura 1 – O menor como alvo.



Fonte: Manual da Campanha da Fraternidade. CNBB: Brasília, 1987, p. 299.

A CF começou a ser desenvolvida pela Igreja Católica em todo o Brasil a partir de 1964, quando a própria estrutura eclesial passou por transformações, materializadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979). No manual explicavam-se sobre as duas fases que marcaram a história da CF:

De 1964 a 1972, os temas da Campanha da Fraternidade (CF), inspirados na Constituição dogmática conciliar sobre a Igreja – LUMEN GENTIUM, voltaram-se mais para a renovação interna da pessoa e da Igreja. De 1973 até hoje, sem deixar de lado essa tarefa própria do período litúrgico quaresmal de PENITÊNCIA E CONVERSÃO, a CF passou a dar ênfase ao documento conciliar GAUDIUM ET SPES, isto é, à renovação da Igreja em relacionamento com o mundo, sob a influência de Medellín (1968), do Sínodo sobre Justiça no Mundo (1971) e dos acontecimentos sociais e políticos da América Latina e do Brasil (Manual CF, 1987, p. 2-3).

A Igreja assumiu a sua “opção pelos pobres”. Todavia, tal mudança não teve efeito apenas retórico, pois novas relações entre a Igreja e a comunidade se deram com atividades, engajamentos e outras compreensões sobre a história do Brasil e da América Latina. No manual houve destaque das crianças indígenas, pobres, do meio rural e urbano. Enfatizou-se a realidade social do menor e da menor. No manual, podia-se ler:

A escolha do tema do MENOR empobrecido e marginalizado para a CF-87, está em coerência com os temas tratados, sobretudo nestes últimos anos. De fato: família (1977), trabalho e justiça (1978), migração (1980), saúde (1981), educação (1982), violência (1983), vida (1984), fome (1985), terra (1986) revelaram o absurdo no qual sobrevivem milhões de Menores neste imenso e rico Brasil. Em cada um destes temas a Igreja foi percebendo o rosto de Cristo na cruel realidade do Menor empobrecido e marginalizado. Antes mesmo de ser assunto de uma CF, em muitos lugares, a Igreja começou a reagir criando grupos e organizações, entre as quais a Pastoral do Menor e a Pastoral da Criança (Manual CF, 1987, p. V).

O manual foi produzido e impresso em Brasília para instruir o passo-a-passo das atividades. A frase que constou como lema “Quem acolhe o menor, a mim acolhe” apareceu seguida da “assinatura” de Jesus Cristo e repercutia uma sentença do Evangelho de Mateus.² Além disso, pode-se ler ainda todo um histórico das campanhas e das mudanças que ocorreram na Igreja. A partir dos anos 1970 as obras de teólogos como Leonard Boff e Pablo Richard cada vez tiveram mais incidência no repensar da própria prática da Igreja Católica como instituição social. O sociólogo Flávio Sofiati (2013) afirma que houve entre os anos 1970-80 uma nova forma de a instituição eclesial ler a realidade latino-americana. Partiu-se do referencial teórico e político do marxismo, exercendo o conceito de classes sociais uma força explicativa no âmbito da Teologia da Libertação. Esta propôs outra experiência religiosa e espiritual que estivesse em sintonia com os problemas estruturais da sociedade. A crítica ao capitalismo como produtor de misérias e desigualdades de múltiplas facetas foi um conteúdo político relevante, embora se deva considerar que a Teologia da Libertação nunca foi hegemônica na instituição (Sofiati, 2013).

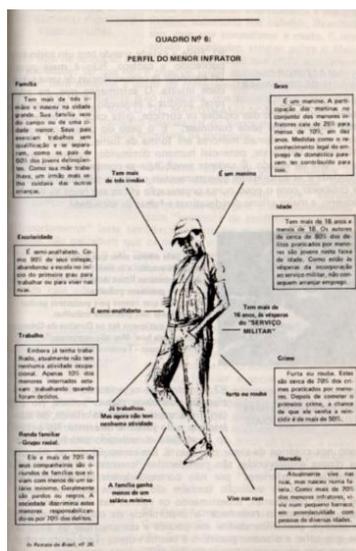
² “**O maior no Reino dos céus.** Naquele momento os discípulos aproximaram-se de Jesus para perguntar: ‘Quem é o maior no Reino dos céus?’ Jesus chamou um menino, colocou-o no meio deles e respondeu: ‘Eu vos declaro esta verdade: se não vos tornardes de novo como os meninos, não podereis entrar no Reino dos céus. Portanto, aquele que se fizer pequeno como este menino será o maior no Reino dos céus. Quem acolher um menino como este em meu nome, é a mim que acolherá’ (Mateus, 18: 1-5)”. Cf. Bíblia (1994).

Tratava-se de uma teologia política que emergia e que se alinhou com a ideia da “igreja como povo de Deus e não como instituição hierárquica” (Andrade, 2018, p. 74). Por sua vez, Martinez compreende a Teologia da Libertação como uma “crítica moderna da modernidade”, pois na interface com as Ciências Sociais aqueles teólogos desvelavam “os mecanismos da exploração e da dominação estabelecidos desde a Conquista” (Andrade, 2018, p. 74). Tal crítica sobre as condições estruturais das sociedades latino-americanas permitiam compreender as questões sociais em perspectiva histórica. Sob este prisma, a mirada crítica sobre o problema do menor permitia lê-lo como questão vinculada ao racismo, à exploração capitalista da mão de obra infantil e da não distribuição equitativa de renda. Assim, o alcance social da leitura que a teologia propunha sobre este e outros temas, permite pensar como mesmo em se tratando de uma instituição com tradição conservadora, criou-se um campo de negociações internas. Daí foi possível a presença de fiéis na organização de ações de incidência política a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Um traço importante na configuração da temática do menor marginalizado e infrator pela CF se deveu à sua articulação com outros setores sociais na busca de constituição de um arquivo sobre aquele tema, com estatísticas, análises e materiais que pudessem produzir subsídios para o debate. Um dos aspectos mais interessantes do manual da CF-1987 foi a composição do perfil do menor infrator. A armadilha da identidade como construção social arbitrária e eminentemente política foi um dos principais vetores de articulação das enunciações que constavam dos materiais da CF, pois definir o perfil consistia em atividade fundamental para acomodar inquietudes, inseguranças e incompreensões sobre o tema.

Se a Figura 1 apresentava uma relação entre o corpo infantil carentado diretamente vinculado ao mapa do Brasil, por outro lado a Figura 12 enfocará outro processo: o perfil do infrator (Silveira, 1984). Nas duas imagens vê-se que se trata de crianças negras, em situação de abandono. O desenho coloca a criança na “mira” da imprensa e de todos que se preocupariam com o futuro do país. Tornar o menor um “alvo” teria efeitos contraditórios, pois seria objeto tanto de cuidados como de políticas de morte (cf. Costa Júnior, 2021, Parte II).

Figura 2 – Tirantias da identidade: o perfil do menor.



Manual da Campanha da Fraternidade.
Brasília: CNBB, 1987, p. 37.

As linhas que traçaram as características do menor infrator definiram os critérios dessa operação. Foi definido o sexo (masculino), cor da pele (preta) com base no critério da raça, a idade (mais de 16 e menos de 18 anos), a escolaridade (semianalfabeto), o modelo familiar composto por mais de três filhos e que estaria situado na dinâmica urbana como se fez desde o fim do século XIX. Portanto, partindo de um gesto aparentemente banal como a figuração dessa imagem em um manual voltado para a educação popular, todo um conjunto de conceitos e regras de funcionamento entrou em jogo. A imagem somente pode ser entendida nessa rede de instituições, saberes e disputas agenciadas pelo dispositivo da minoridade e a máquina abstrata de rostificação (Deleuze e Guattari, 2012), materializada no cartaz (Figura 4) confeccionado por estudantes do curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

Figura 3 - Ciclo de Marginalização do Menor.



Fonte: Manual da CF. Brasília: CNBB, 1987, p. 15

No manual da CF-1987 a temática do menor abandonado, delinquente e infrator de ambos os sexos foi amplamente abordada em suas mais de 300 páginas.³ A abordagem do problema previa três passos, conforme se explicava nas primeiras páginas para um público-alvo composto por agentes de pastorais, coordenadores, assessores, jovens, lideranças comunitárias etc.

A **primeira parte**, o VER apresenta a crua realidade em que sobrevive o Menor e a Menor na sociedade brasileira. Interessam aqui as causas e consequências sociais da situação e que estão configuradas no contexto socioeconômico e político do Brasil, retratado sobretudo no chamado CICLO DE MARGINALIZAÇÃO, aplicado ao caso do Menor e da Menor. [...]

A **segunda parte**, o JULGAR propõe, em nível de fé, desafios específicos à consciência de todos, visando a conversão pessoal e social em vista da busca de soluções libertadoras para o Menor. Recorre-se então à própria ação de Deus na história, que se manifesta sempre como defensor da viúva, do órfão, do estrangeiro, do pobre.

Na **terceira parte**, o AGIR apresenta propostas para desencadear ações que concretizem uma resposta ao apelo da criança, do adolescente e do jovem empobrecidos. Sejam, ao mesmo tempo, sinal de que está havendo uma busca eficaz de libertação global. É preciso buscar soluções corajosas para a questão do Menor e da Menor no Brasil. A partir do que está sendo feito na prática das comunidades e nas tentativas de mudança nas estruturas sociais injustas procurar-se-á sensibilizar toda a Igreja e pessoas de boa vontade e autoridades constituídas para um compromisso organizado e orgânico em favor dos irmãos pequeninos marginalizados, explorados e alienados, vítimas de um contexto social de pecado (Manual CF, 1987, 5-6).

³ O ciclo de marginalização foi usado em apresentação de Maria do Carmo Cintra, representante da CNBB na Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso no âmbito da ANC 1987-1988, como se poderá ver adiante, cf. Backes et al (2009).

Afirmava-se que o menor não era efetivamente um problema, pois deveria ser considerado pelo Estado e a sociedade como “solução” para os desafios do país. Tal sujeito deveria ser considerado como titular da cidadania e que por esta razão sua dignidade precisava ser afirmada e defendida. A Igreja reconhecia que desde o período colonial coube a ela prestar assistência aos desvalidos da América Portuguesa, mas propunha que na década de 1980 a perspectiva mudasse radicalmente, pois se tratava de cobrar políticas públicas nas quais crianças e jovens deveriam figurar como prioridade.

A divulgação da CF 1987 foi planejada com base em três materiais iniciais:

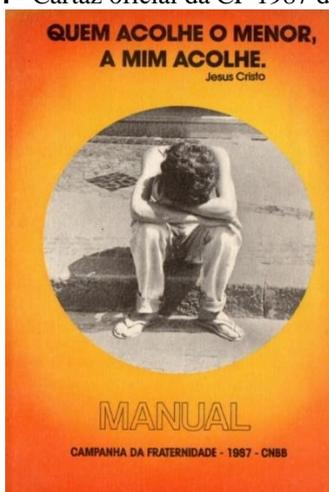
Texto-base: que era o documento principal contendo a reflexão da presidência e do Conselho Episcopal de Pastoral sobre o tema da CF e que inspira todos os demais subsídios da campanha; o *Manual*, que trazia enfeixados em forma de livro, quase todos os demais subsídios como os cânticos, as orientações litúrgicas, os encontros nas famílias, os encontros catequéticos com crianças, os roteiros para jovens, os círculos bíblicos, a Via Sacra, a Hora Eucarística, a Celebração da Penitência, as orientações para os MCS; o *Cartaz*, impresso em 4 tamanhos diferentes (Manual CF, 1987, p. XIV).⁴

Em um texto enviado junto com a proposta de imagem para o cartaz da CF, dizia-se o seguinte: “Trata-se de uma foto de um Menor sentado à beira de uma calçada, inclinado, de cabeça baixa, solitário em pleno dia, desanimado e esperando a solidariedade de alguém. Um círculo de suave colorido ressalta o Menor e lhe dá sinal de esperança”.⁵ Nesta imagem também se vê como, ao prescindir da visualização do rosto do menor para evidenciar a situação de desamparo e desalento, não houve comprometimento do conteúdo político almejado. Paradoxalmente, somente com os efeitos produzidos pela máquina abstrata de rostificação isto se tornou possível.

⁴ Transcrição com alteração do tempo verbal, cf. *Manual da CF 1987*, p. XIV. Na pesquisa realizada no acervo da CNBB, em Brasília, tivemos a oportunidade de ver um dos cartazes usados na CF, cujo tamanho era de 45,6 de largura por 64,1 de altura.

⁵ CNBB, *Manual da CF 1987*, p. VII.

Figura 4 - Cartaz oficial da CF 1987 da CNBB.



Fonte: Manual CF-1987, CNBB.

Apesar de a CF ter sido um vetor importante na produção do rosto do menor infrator, não foi no cartaz que tal investimento na rostidade figurou com maior centralidade. Isto porque sob o prisma de uma impessoalidade ou generalidade, o menor que figurava no cartaz da campanha não tinha o seu rosto apresentado. O corpo era de um menino, branco, com cabelos encaracolados, estando aparentemente vestido apenas com uma calça e usando um chinelo de dedo. Sentado em uma calçada, sua imagem figurava dentro de um círculo que serviu para focar a imagem no cartaz, sendo que o jogo de cores entre laranja (mais forte, nos extremos da imagem) e amarelo (mais claro, ao centro) favorecia o enfoque, o direcionamento do olhar de quem mirasse o cartaz que continha outros elementos: nome da campanha, sigla, ano e menção ao Evangelho.

Figura 5 – A CF nos meios de comunicação.



Fonte: Manual da CF. CNBB: Brasília, 1987, p. 293.

Entre as várias imagens presentes no manual, estava a figura 5, em que se vê um menino, branco, com cabelos lisos, que aparece em meio a vários elementos representativos dos meios de comunicação social como TV, rádio e jornais impressos. Tal gravura sugere a centralidade do tema na mídia⁶, mas também o modo como a CF iria incidir para disputar narrativas e sentidos referentes àquele assunto. Se na figura 2 nota-se como, ao definir o “perfil do menor infrator”, foi apresentada a imagem de uma criança negra, em outras imagens do manual da CF crianças brancas também apareciam, mas não na condição singular de ser “perfil” de um problema social mais amplo. Distinguindo as várias imagens da CF, nota-se que, ao construir a criança negra como o “perfil do menor infrator” e direcionar outras branquitudes para o interior do manual em que as imagens não deveriam “sintetizar” o problema social, o racismo funcionou como marca estruturante da identidade do infrator.

Estes três instrumentos básicos de divulgação da campanha estiveram articulados a uma produção mais ampla, pois a CNBB sabia que o tema do menor era objeto de narrativas nem sempre convergentes, e muitas vezes contraditórias. Buscando exercer o maior controle possível sobre a recepção da CF pelo público, a equipe montou uma série de materiais que tinha como objeto subsidiar a divulgação da campanha e garantir sua “correta” recepção. Nesse sentido, foram produzidos materiais como trechos (*spots*) para rádio, textos de síntese para serem lidos na imprensa e circuitos de som, assim como mini artigos com recortes do manual e do texto-base da CF visando facilitar a comunicação com jornalistas, redatores de revistas e de boletins; o disco “Missa CF-1987”, resultado de concurso de letra e música visando divulgação por meio do canto; Fita K-7 trazendo a “Missa da CF-1987” com muitos cânticos não litúrgicos para encontros, cursos, catequese e o hino; spots para MCS (“meios de comunicação social”), destacando-se especialmente dois: um filmeto para TV e circuito de cinema (16 mm) e um disco *spot* com frases e sonoplastia para rádio, circuito internos de som (rádio, colégios). Preparou-se ainda um conjunto de mensagens para rádio que sintetizaram uma série de compreensões e análises da CNBB sobre o tema daquela campanha, como se lê abaixo:

⁶ A adolescência foi posta em discurso para que por meio dela fossem debatidos variados assuntos como corpo, sexualidade, consumo, entre outros. Para uma análise da relação entre mídia e adolescência na segunda metade do século XX no Brasil. cf. Fischer (1996).

“O menor não é problema, é solução!”

“A estrutura social mata sete crianças, [a] cada cinco minutos no Brasil”.

“O Brasil tem 36 milhões de Menores abandonados, dos quais sete milhões são delinquentes. Conheça esse menor oprimido, sua história, seu mundo, suas aspirações”.

“O Menor é visto como caso de polícia, ameaça à sociedade. Importa ver o Menor como vítima indefesa da sociedade omissa e desumana”.

“A solução não é ajustar o Menor à sociedade para que não perturbe. A solução é diminuir a miséria e a injustiça que produzem o Menor”.

“A igreja optou pelo Menor, porque fez opção preferencial pelo pobre. O importante é atuar na causa da situação do Menor, que é o sistema social”.

“O Menor sente o desprezo da sociedade, onde é desvalorizado e agredido”.

“A polícia prende o Menor, para livrar a sociedade do incômodo que ele representa”.

“O Menor marginalizado não nasceu mau e nem por acaso. Ele é fruto do modelo econômico do Brasil”.

“O Menor abandonado é resultado da injustiça social crônica em que sobrevive a maior parte da população brasileira”.

“A conduta do Menor, que agride e assusta a sociedade, é pedido de ajuda e de socorro”.

“Deus se mostra, na Bíblia, defensor e protetor do Menor empobrecido”.

“O verdadeiro culto a Deus é dar atenção ao Menor marginalizado”.

“Acolher a criança, no tempo de Jesus, era acolher o último da sociedade. Jesus não só acolhe a criança, mas Ele mesmo se faz criança pobre”.

“O amor de Jesus pelas crianças é parte do amor de Jesus pelos pobres!”.

“Que toda criança tenha uma família, segurança afetiva, alimentação, saúde, educação, lazer e preparação para o trabalho”.

“Acolher o Menor é lutar por uma nova ordem social” (Manual CF, 1987, p. 294-295).

Além de frases de impacto que sintetizavam o argumento da CF e buscavam cristalizar certas compreensões sobre o tema, outras estratégias foram viabilizadas. Para alcançar o público jovem a CNBB fez parcerias com empresas a fim de poder produzir materiais para a CF. Deste modo, a *AEC do Brasil* elaborou cadernos de 30 e 31 matérias e subsídios específicos para as escolas com o tema da campanha; as editoras *Paulinas*, *Sono Viso*, *Centro Gauchinho* e *Verbo Filmes* se comprometeram com a produção de materiais audiovisuais e, por sua vez, a editora *Salesiana D. Bosco* realizou a confecção do calendário e agenda escolar da CF-1987. Assim, com as estratégias que pôde efetuar, a CNBB colaborou decisivamente em 1987 para a explosão discursiva sobre o menor infrator nos meios de comunicação e no espaço público.

O conjunto de narrativas sobre o menor infrator era variado e não convergente, apesar de que em alguns casos guardavam aproximações e diferenças interessantes. Pode-se notar este traço nos contrapontos entre a narrativa da revista *Brasil Jovem* – periódico criado em 1966 pela Fundação Nacional do Bem-Esta do Menor (Funabem) que foi utilizado como vitrine para as ações empreendidas pela ditadura militar no âmbito da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) lançada em dezembro de 1964 pelo militares e da qual a Funabem e *Brasil Jovem* eram desdobramentos diretos (Daminelli, 2019) – que dizia expressamente que o “menor era o maior dos problemas”, enquanto nos documentos da CF de 1987 a argumentação segue na direção oposta, afirmando que “em vez de problema o menor era solução”. É claro que as instituições aqui em questão não estavam falando exatamente das mesmas coisas, pois partiam de análises distintas daquele tema e em relação àquela pauta colocavam alternativas e caminhos muito diversos no período dos anos 1970 e 1980 (*Brasil Jovem*, 1970, p. 88-89). Mas apesar das diferenças, ambas as narrativas investiam na política de identidade do menor, isto é, acreditavam e faziam acreditar em critérios legítimos que fossem capazes de dar conta daquele indivíduo socialmente identificável e localizável em determinado lugar.

Em uma matéria da *Brasil Jovem* narra-se longamente o quadro de desnutrição e pobreza de crianças de São Paulo, Paraíba e Rio de Janeiro. Um elemento aparentemente secundário, mas com funcionamento estratégico, estava presente na articulação do argumento de que tais condições despertavam naquelas crianças “a degenerescência das gerações marginais”. Eram estes detalhes e temas aparentemente secundários que iam aos poucos sedimentando algumas imagens. Com diferenças importantes, no manual da CF 1987 também ocorreu investimento semelhante na definição identitária do menor,

considerando-se a figura com o seu perfil, passando pelo Ciclo da Marginalização e por todo um conjunto de fotografias e textos que visualizavam a situação de pobreza das crianças para chegar às causas da delinquência e da infração penal, ou seja, articulava-se ainda a relação entre pobreza e criminalidade. Os efeitos dessa criminalização da pobreza podem ser notados no depoimento de uma criança de 14 anos de idade, não identificada nominalmente no manual da CF-1987, mas que era moradora de Castanhal, no Pará:

Nossos problemas são com a polícia sempre marginalizando, batendo na gente, espancando, e nunca vendo a gente como criança como a gente é, mas sempre humilhando, batendo de tudo quanto é maneira. Já aconteceu casos em Castanhal que marcaram muito, como um irmão do meu amigo. Ele morreu porque os soldados obrigaram ele a roubar. Como ele disse que não ia, deram três balas no peito dele (Manual CF, 1987, p. 32).

Um relato deste tipo no conjunto de investimentos proporcionados pela CNBB sobre a “questão do menor” deixa muito claro o tom de denúncia das instituições e os pactos de silêncio alicerçados na sociedade brasileira quanto à violência praticada contra crianças e jovens. Essa atitude reverberou de diferentes formas durante o período e no próprio espaço da Assembleia Nacional Constituinte (ANC-1987-1988) a presença de crianças e adolescentes também operou nesse registro da dimensão política do testemunho e do relato autobiográfico de um jovem ex-interno da FEBEM como Ivanir dos Santos (Costa Júnior, 2020). Nos morros e favelas, assim como em bairros de periferia, tais sujeitos eram vistos como criminosos em potencial.

Assim, a CF-1987 contribuiu para pôr na esfera pública os diversos aspectos dessa problemática social e convocou diferentes atores sociais para a construção de políticas públicas alternativas. Ao ler um relato breve como este, mas ainda assim forte e sintomático da situação da infância e juventude pobres do país, pode-se pensar sobre como tais testemunhos foram coletados e mostrados em diferentes páginas do manual não somente para fins retóricos, mas para a constituição de uma espécie de pacto entre a testemunha e o leitor sob o prisma de uma verdade a explicitar. Assim, a fala dessa criança em meio ao investimento discursivo da CF, nos fez lembrar Jacques Rancière ao dizer:

E um dia vamos ter de acabar com a velha lenga-lenga que diz que os “derrotados” da história são derrotados porque são incapazes de compreender, raciocinam mal ou não sabem se expressar (Rancière, 2018, p. 59).

Isto nos convida de alguma maneira a ler a presença dos “derrotados” da história e os silêncios que sob eles se impuseram não como marcas de uma irracionalidade constitutiva ou da falta de habilidade para se expressar, mas de uma cadeia de violações cadenciadamente elaborada e reiterada nos tempos da história e nas formas de contá-la (Adichie, 2019).

Conclusão

Nos limites que um texto breve como este nos impõe foi possível refletir sobre a singularidade que constituiu a realização da Campanha da Fraternidade de 1987 no debate público sobre a “questão do menor”. Ali tal tema foi definido e disputado como uma demanda nacional que deveria ser objeto de preocupação do Estado brasileiro para superar as desigualdades sociais ocasionadas pelo capitalismo enquanto sistema econômico, mas também pela herança colonial que marcou a formação social brasileira e tornou naturalizada e invisibilizada uma série de violências contra as populações mais pobres e vulneráveis.

Ao propor a leitura dessa campanha por meio do conceito “partilha do sensível” foi possível descrever como esse gesto coletivo de construir uma pauta e disputá-la na esfera pública a partir de um conjunto de materiais audiovisuais e possibilidades de comunicação esteve articulado a duas condições importantes: a) uma transformação na estrutura eclesial da Igreja Católica ocasionada pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americanas em que se fez a “Opção pelos pobres”; b) a fundamentação da crítica à história pregressa do país e à sua configuração política em uma nova proposta teológica que ficou conhecida como “Teologia da Libertação”, cuja característica elementar parece ter sido uma “crítica moderna da modernidade” (Andrade, 2018) e do traço colonial e capitalista que a configurou como experiência histórica.

Portanto, ao produzir visibilidades e dizibilidades para o rosto do menor na interface com o rosto de Cristo como emblema da salvação, pode-se perceber como o Evangelho foi usado como quadro de interpretação da vulnerabilidade de crianças e jovens no tempo presente. A imagem de Cristo foi associada àquela do menor visando constituir uma demanda pública a partir de uma sensibilidade sobre a dor do outro, as violações contra eles cometidas e a capacidade de participação coletiva na ação de crítica e proposição de saídas quanto a isto. Fabricar a junção entre os rostos de Cristo e do

menor foi uma ação de caráter ético, estético e político que ao lidar com a semelhança do rosto criado pela tradição cristã ocidental pôde tornar reconhecível a diferença daqueles que de tão próximos pareciam até o momento figurarem distantes da percepção do cidadão comum.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução: Vinícius de Castro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANDRADE, Luís Martinez. O capitalismo como religião: a Teologia da Libertação em uma perspectiva decolonial. **Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 168-180, jan./jun. 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZZI, Riolando. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BACKES, Ana Luíza; AZEVEDO, Débora Bithiah de; ARAÚJO, José Cordeiro (Org.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte: a sociedade na tribuna**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009, 153.

BÍBLIA. **LEB** - Edições Loyola. São Paulo, 1994.

BRASIL. O menor é o maior problema. In. **Brasil Jovem** – revista da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, v. 4, n. 13, 1970, p. 88-89.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos & BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. Jovens como esperança na transformação: a campanha Juventude Participa! em Campina Grande (PB 2009-2011). **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 2, p. 10-30, 2018.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 15, p. 158-204, 2023.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância: a invenção do menor infrator no Brasil contemporâneo**. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O que pode um relato? A presença de um ex-interno do SAM e da Funabem na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987-1988). **Revistas Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 33, n. 3, 2020.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma fundação para o Brasil Jovem: FUNABEM, menordade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979)**. 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Ano zero - Rostidade. In. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 35-68.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de & FINCO, Daniela (Org.) **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 300 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Figuras da história**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2028.

SAFIOTI, Flávio Munhoz. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1.

SILVEIRA, Maria Regina Cavalcanti da. **O menor infrator como problema nacional**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.